

GEOGRAFIA ESQUECIDAS: A DISCUSSÃO SOCIOTERRITORIAL NA REVOLTA DA VACINA

Osmar Fabiano de Souza Filho¹

Giovana Silva Rocha²

RESUMO

Este artigo é resultado de uma investigação que tem como objetivo discutir o movimento socioterritorial concebido com a Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro em 1904. Busca-se refletir como este movimento se materializou no território, criando à resistência pela permanência no mesmo. Compreende-se que a ciência geográfica negligencia a luta de sujeitos e movimentos que também se fazem importantes social e geograficamente. O trabalho se justifica, assim, na necessária recuperação destas geografias ignoradas, e visa trazer às discussões movimentos e povos historicamente marginalizados pelas historiografias e geografias oficiais. Parte-se do princípio de algumas agitações, que fizeram parte do Rio de Janeiro e do início do Brasil República, como greves, motins e revoltas, afetavam o território, influenciando diretamente, toda a população carioca, bem como vieram, assim, a culminar num movimento de luta pelo território na Revolta da Vacina. A insurgência surge, então, neste contexto de indignação social, que indignava os marginalizados, diante de medidas autoritárias das elites nacionais. A pesquisa desenvolvida se coloca enquanto uma reflexão histórica e geográfica que busca problematizar à versão oficial acerca de um movimento importante da história e geografia brasileira.

Palavras-chave: Território; Movimento popular; Indignação popular.

INTRODUÇÃO

Com a busca em desenvolver um conhecimento geográfico que coloque em suas discussões questões negligenciadas pelas geografias hegemônicas, percebe-se como necessária a procura em desenvolver uma ciência geográfica que promova debates acerca de temáticas pouco abordadas. Geografias, estas, feitas de povo, de gente, de vidas, e histórias, e sobretudo de luta para

1

2

sobrevivência e resistência no território nacional e que retratam um outro lado da história, daqueles que foram marginalizados, criminalizados e esquecidos da história e geografia oficial desta nação.

Levando em consideração que a grande maioria das segregações socioterritoriais atuais tiveram início no passado, a pesquisa justifica-se na fundamental necessidade do reconhecimento, das existências e resistências dos povos de diferentes raças sociais, etnias, na formação do território nacional (FRAGA, 2019). Torna-se imperativo à uma Geografia que vise romper com a negligência aos povos até marginalizados, problematizar questões referentes aos mesmos na formação territorial do Brasil e não aceitar, passivamente, a versão que a historiografia oficial propaga.

No início do Brasil República, algumas agitações fizeram parte da vida do Rio de Janeiro, a então capital nacional, como greves, rebeliões, motins e revoltas, que afetavam diretamente a organização da cidade conforme o desejo das elites dominantes. Esses anseios, de minoritários grupos poderosos, influenciavam diretamente a organização do território carioca, criando assim em contracorrente massas de maiorias desorganizadas, que buscavam resistir no território e iam a luta por ele. A então capital republicana, dirigida por suas elites, buscava se modernizar segundo o padrão urbano europeu, socialmente difundido como o ideal e positivo, porém, o fazia sem olhar para sua própria realidade espacial, negligenciando atenções aos enormes contingentes de negros marginalizados após mais de trezentos e cinquenta anos de escravização.

Neste contexto de mudanças no espaço carioca, várias injustiças foram cometidas. E nesse sentido, movimentos insurgentes a essa ordem surgem, então, para resistir contra a violência estatal que passava por cima povo pobre, negro, ex-escravizado. Um destes movimentos insurgentes do início do século XX é a Revolta da Vacina, que se faz o recorte temático, histórico e geográfico desta pesquisa, e problematizado enquanto movimento socioterritorial.

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma investigação sobre o movimento socioterritorial, que foi a Revolta da Vacina, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 1904, problematizando com caráter geográfico à sua luta, à sua resistência e o seu povo, que tanto lutou para permanecer no território e se constituir do/no mesmo. A justificativa da pesquisa é a necessidade de realizar uma Geografia que contribua para a propagação de temas negligenciados

pelas pesquisas da ciência geográfica hegemônica, que atualmente ainda direciona seus estudos para áreas de cunho agrário e urbano (FRAGA, 2019).

METODOLOGIA

Com o propósito de discutir as questões territoriais que envolveram vários movimentos de revolta popular ambientados no território brasileiro, este trabalho é realizado com a proposta de refletir e problematizar os impactos territoriais advindos da Revolta da Vacina, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro no 1904. Por meio de uma investigação histórico e geográfica acerca do movimento insurgente, visa-se elencar os motivos que fizeram com que o mesmo surgisse com tamanha força, problematizando os imperativos que levaram o povo à lutar pela permanência no território.

A pesquisa, que tem como fruto este artigo, deu-se em três importantes etapas, a saber: investigação teórica do movimento Revolta da Vacina; a pesquisa acerca dos conceitos de Território e movimento socioterritorial, segundo a corrente crítica de Geografia; e por fim, a confecção do artigo que se propõe em problematizar as questões referentes a materialização no território do movimento que originou a Revolta da Vacina, trazendo para discussão à sua luta, os antecedentes que os levaram a surgir e como se deu toda esta resistência no/para o território.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E A REVOLTA DA VACINA

Para a melhor compreensão acerca do que desencadeou a Revolta da Vacina é preciso, em um primeiro momento, buscar uma reflexão dos diversos episódios ocorridos no Rio de Janeiro naquele momento, ou seja, com a instauração da República, no final do século XIX e início do século XX.

Após o estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro, a população sofreu um crescimento exacerbado, ultrapassando o dobro de habitantes no mesmo espaço. Mas, as características de cidade colonial não se alteraram com o fato de a mesma ter se tornado a capital republicana. Portanto, fatores como a falta de água, de habitação adequada, de segurança e a própria

sujeira das ruas tornaram a cidade um ambiente desordenado e desorganizado, caracterizando uma das principais marcas advindas da colonização portuguesa no Brasil (MARINO, 2004).

No período após proclamação da República, compreende-se que um número maior de pessoas poderia (ou deveria) ter acesso à participação popular, uma vez que antes eram os chamados “servos da gleba”, ou seja, escravizados, e agora, com a abolição da escravização, essas mesmas pessoas eram, por lei, consideradas livres, sendo uma grande parte delas operárias (CARVALHO, 1987).

A partir, portanto, de 1889, percebe-se um aumento significativo dos subempregos e de pessoas negras desempregadas, visto que ocorreu um êxodo das populações residentes em áreas cafeeiras em direção à cidade. Conseqüentemente, o aumento demográfico da cidade do Rio de Janeiro pode ser observado de maneira clara, pois, nesse momento, já era a maior cidade do país, com mais de 500 mil habitantes, sendo o centro da vida política e econômica nacional pelo fato de ser a capital do Brasil (CARVALHO, 1987).

Isso fez com que a elite carioca se incomodasse durante muitos anos, pois no mesmo espaço conviviam com os ex-escravizados, comerciantes, mascates, barões do café e a própria população rica, ou seja, havia uma concentração de diversas classes sociais e de uma diversidade de raças (tido enquanto raça social) e cores muito grande, sendo diferenciadas apenas pelas habitações, pois umas eram demasiadamente simples, enquanto outras eram imensas mansões luxuosas (MARINO, 2004).

Nos primeiros anos da República do Brasil, diversas agitações fizeram parte da vida do povo do Rio de Janeiro, entre eles os militares (que se encontravam no poder), ferroviários e marítimos estabelecendo greves, o que afetava de modo significativo a organização da cidade, que dependia da rede ferroviária e do porto, os pequenos proprietários, empregados e funcionários públicos (CARVALHO, 1987).

É importante salientar também que, talvez, uma das únicas (ou a única) classe a ser reprimida nesse período foi a das capoeiras, população negra de ex-escravizados que não negavam suas origens e tradições, que foram hostilizados, presos e muitos deles enviados à outros locais do Brasil (Fernando de Noronha, por exemplo). Mesmo não conseguindo destituí-los, a República, de

certa maneira, criou condições para que esses fossem reincorporados ao novo sistema mais discretamente, como em serviços públicos de alto desgaste físico. Resumindo, foram domesticados cruelmente para que tal fato acontecesse (CARVALHO, 1987).

Mas, segundo Carvalho (1987), para dar fim à instabilidade política que estava posta naquele momento, a alternativa encontrada era a de tirar do poder os militares e diminuir ainda mais a participação popular, uma vez que ambas as classes não representavam os interesses do mercado e do setor agrícola. Para o autor (1987), todo sistema de dominação precisa de uma certa legitimidade para sobreviver, mesmo que, para isso, sejam necessárias a insatisfação popular e a exclusão dessas pessoas, tirando delas um de seus únicos direitos, o da cidadania.

Por conta dessa busca por estabilidade política e desenvolvimento da cidade, ideais liberais e positivistas ganhavam espaço na República brasileira. Ou seja, a ideia do progresso advindo da ciência e da ditadura republicana recebem cada vez mais valor dos intelectuais do Brasil (CARVALHO, 1987).

Para Carvalho (1987), um exemplo prático de como tais ideias se manifestavam já no final do século XIX é a proposta do Código de Posturas Municipais de 1890, cuja intenção era favorecer a população no que se refere ao conforto e a higiene, estabelecendo regras a serem cumpridas pelos/as proprietários/as, como a instalação de aparelhos de ventilação nos quartos, aplicação de azulejos nas cozinhas e banheiros, entre outras. Contudo, é preciso compreender que isso marginalizava ainda mais a população mais pobre da cidade e poderia ter acarretado em uma primeira variante da Revolta da Vacina, uma vez que estabelecia a:

Proibição de hotéis, hospedarias e estalagens que recebessem pessoas suspeitas, ébrios, vagabundos, capoeiras, desordeiros em geral. Exigia-se ainda o registro de todos os hóspedes, com anotação de nomes, empregos e outras características. As listas deviam ser entregues à polícia no dia seguinte até as nove horas da manhã. [...] De uma hora para outra, todos teriam registro na polícia, ou ficariam sem onde morar, caso os proprietários cumprissem rigorosamente a lei (CARVALHO, 1987, p. 36).

Vale ressaltar também que os critérios para a classificação de pessoas suspeitas e vagabundas, por exemplo, era livre, destinado aos proprietários a decisão de quem se encaixava ou não nessas categorias.

Já em 1904, o pensamento iluminista volta a ganhar peso. Dessa vez, expresso pela própria lei de vacinação obrigatória. A privacidade e a propriedade dos cidadãos foram invadidas pela interferência do poder público. Para essa população, a lei se mostrava como um risco à honra do lar, visto que pessoas estranhas estariam em contato com as esposas e filhas. Tal fato fez com que a mesma reagisse de forma violenta (CARVALHO, 1987).

Como exposto anteriormente, Carvalho (1987) salienta que pequena era a parcela da população que possuía direitos civis. De maneira mais clara, 85% da população do Rio de Janeiro não tinha permissão para participar da vida política por meio das eleições, por exemplo. Por conta disso, as pessoas que, de certa forma, estavam inativas no que diz respeito à cidadania se mostravam cada vez mais dispostos ao enfrentamento direto para, assim, alcançarem direitos mínimos.

Ao mesmo tempo, Rodrigues Alves, presidente da República desde o ano de 1902, ao dar continuidade à política de Campos Sales dá início a um projeto de obras públicas com vistas à recuperação da economia. A reforma urbana e de saneamento, a erradicação da febre amarela, a melhoria do porto e a expansão da rede ferroviária nacional estavam entre as metas a serem cumpridas durante seu governo (CARVALHO, 1987).

Para que tais medidas de fato ocorressem, o presidente transfere então poderes inabaláveis à diversos profissionais brasileiros, entre eles o médico Oswaldo Cruz, que fora nomeado diretor do Serviço de Saúde Pública (CARVALHO, 1987).

No que se refere a reforma urbana, é necessário compreender que um número significativo de casas e prédios estavam sendo demolidos para a construção de novas ruas e avenidas, que já contavam com bondes e iluminação elétrica. Ademais, em um primeiro momento, por conta da febre amarela, Cruz aplicou o método de isolamento dos/as doentes e extinção do mosquito transmissor. Após, pelo problema da peste bubônica, a solução encontrada pelo médico seria a de exterminar ratos e pulgas por meio da limpeza das ruas e casas (CARVALHO, 1987):

O trabalho começou em abril de 1903. Brigadas sanitárias, compostas por um chefe, cinco guardas mata-mosquitos e operários da limpeza pública, percorriam ruas e visitavam casas, desinfetando, limpando, exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes. Os alvos preferidos das visitas eram, naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica. Casas de cômodos e cortiços, onde se



comprimam em cubículos e casinhas dezenas de pessoas, constituíam objeto de atenção especial (CARVALHO, 1987, p. 94).

Esses fatores fizeram com que se instaurasse na população certa indignação, uma vez que precisariam abrir mão de suas residências para que as mesmas fossem desinfetadas ou até mesmo destruídas (CARVALHO, 1987).

Durante esse período de indignação a implantação da lei de vacina obrigatória, a lei nº 1.261, de outubro de 1904 contra a varíola, deu-se o estopim. Com uma enorme parcela do Senado se posicionando contrária, a imprensa também cumpriu sua função de se opor a obrigatoriedade da vacinação, praticando até mesmo o terrorismo ideológico, expondo os riscos, ou seja, os efeitos colaterais que a vacina poderia desencadear, como convulsões, diarreias e até mesmo meningite e tuberculose. O próprio Centro de Classes Operárias se mostrou contrário à medida, enviando abaixo assinados ao Congresso (CARVALHO, 1987).

Para afirmar sua obrigatoriedade, era preciso o atestado de vacina. Ou seja, além de multas, os cidadãos deveriam assegurar que receberam a dose da vacina se quisessem se matricular em escolas, se candidatar a empregos e cargos públicos e/ou domésticos, em fábricas e até mesmo para hospedagens e casamentos (CARVALHO, 1987).

Segundo Carvalho (1987), já nesse momento, em meados do mês de novembro de 1904, reuniões eram realizadas no Centro de Classes Operárias a fim de instituir uma Liga contra a Vacina Obrigatória. Além disso, a revolta, que ocorreu entre os dias 10 e 16 de novembro, já estava nas ruas. Com discursos de resistência à vacina, as primeiras pessoas começaram a ser presas pela polícia. Ao reagirem, a polícia passa então a agir com mais violência, perseguindo a população que lutava veementemente.

A reação, entretanto, dos dois lados se dava violentamente. Além das agressões da polícia, os/as manifestantes atacavam sempre em espaços públicos (CARVALHO, 1987).

As obras construídas pelo governo autoritário instaurado naquele período, que antes demonstravam o desenvolvimento da cidade moderna, agora, representavam a indignação de uma população excluída e marginalizada, pois “os bondes começaram a ser atacados, derrubados e queimados. Foram quebrados combustores de gás e cortados os fios da iluminação elétrica da

avenida Central” (CARVALHO, 1987, p. 104). A figura 1 mostra um bonde tombado pelos manifestantes:

Figura 1: Bonde virado pelos/as manifestantes durante a Revolta da Vacina



Fonte: A Revista da Semana, publicada em 27/11/1904. Livro Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. Autor José Murilo de Carvalho. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

Na mesma situação de ataques, tiroteios e paralisação na cidade, no dia 18 a cidade já voltava quase em sua totalidade ao normal. Não totalmente porque, durante alguns dias seguidos, policiais foram enviados a diversas regiões da cidade para prender os que fossem considerados desordeiros ou vagabundos. Ao final, mais de 700 pessoas já se encontravam privadas de suas liberdades (CARVALHO, 1987).

Nesse momento, percebe-se a necessidade do uso da força policial para a garantia da ordem estabelecida pelo poder do Estado, que sempre manteve – e mantém – laços estreitos com as classes dominantes, de modo a satisfazer seus interesses, perpetuar seus objetivos de segregação racial, social, a proteção de bens materiais e a própria manutenção do status quo. Isso tudo porque a

polícia é um dos principais órgãos responsáveis pelo estabelecimento da ordem vigente (MARINO, 2004).

É preciso ressaltar também que, de maneira extremamente autoritária, as medidas sanitárias impostas na cidade do Rio de Janeiro foram eficazes, uma vez que a febre amarela foi totalmente erradicada no ano de 1909, por exemplo, enquanto em 1901, foram 1634 vítimas (CARVALHO, 1990).

Entende-se que, para que o ordenamento territorial seja concluído com êxito pelo viés da elite burguesa carioca, ou seja, que seja feita uma higienização humana da cidade, é necessário o uso da força militar. Por conta disso, pode-se perceber que a presença da polícia na formação territorial da cidade do Rio de Janeiro é de extrema importância, uma vez que é por meio dela que milhares de pessoas foram deslocadas de suas habitações a mando do poder estatal (MARINO, 2004).

A REVOLTA ENQUANTO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL E A DISCUSSÃO DE TERRITÓRIO

Criada a República brasileira, e abolida a escravização do povo negro no país, o Brasil de então tentava entrar na modernidade capitalista e constituir seu território. Essa tarefa era considerada difícil pela elite dominante, uma vez que o país quase sem nenhuma infraestrutura como as europeias que tanto invejavam, tinha uma grande quantidade de negros/as o que era motivo de vergonha e de atraso para o desenvolvimento do brasileiro (CARVALHO, 1987).

É com todo esse cenário, de um país com o território em formação, que o Brasil adentra os novos tempos. Nesse sentido, formam-se grupos antagônicos que tentam ser os atores formadores do território nacional, de um lado a elite dominante, branca e controladora do poder republicano, e de outro os negros alforriados e marginalizados na sociedade, vindos do impasse de um fim de escravatura sem nenhuma providência a ser tomada e com o espírito de transformar essas terras, sobretudo a então capital, na Paris dos Trópicos, o que exigia sua extinção.

Como traz numa importante obra literária deste tempo, O Cortiço (1991) de Aluísio de Azevedo, esses negros alforriados e desalentados pelo Estado republicano que acabara de surgir,

começam a ocupar os lugares que então estavam disponíveis, uma vez que eram marginalizados pela sociedade de então. É com isso que se forma a primeira favela carioca, o Moro da Providência, a materialização da resistência no espaço, e formam-se pela cidade vários cortiços que seriam também uma das poucas saídas aos negros sem direitos.

O conflito por si só começava a se desenhar por essas duas territorialidades então postas, já que existe aí um grupo de ex-escravizados que sobreviveram a mais de trezentos anos de escravização e um baronato que tentava criar no Rio de Janeiro, então capital brasileira, um estilo de sociedade trazido do ocidente industrial europeu. Não distante era certo que este arcabouço de intencionalidades iria se colidir, fazendo com que assim se materializasse territorialmente essa disputa, e isso se deu com as reformas propostas para a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.

E esse conflito se inicia na virada do século XIX com o século XX. Imbuídos, como já supracitado, do ar modernizador europeu, a elite brasileira de então tentava exportar esse estilo de vida para o Brasil. Isso se dava em copiar as roupas e refeições europeias nestas terras, mesmo que ter esses hábitos por aqui fosse um incômodo de serem realizados.

Porém, o principal estilo a se copiar era o estilo urbano industrial das grandes cidades europeias, e isso se dava na realização de planejamentos urbanos de pensassem a cidade dentro de uma lógica de intenso fluxo do capital, ou seja, a cidade deveria ser pensada e planejada seguindo uma lógica racionalista do espaço, sempre voltado para aumentar os fluxos e a realização do capital.

A Revolta da Vacina, que cria um movimento socioterritorial, começa a ser gestada com o movimento bota-abixo, expressão criada para designar o processo de reformas urbanas, que derrubou milhares de moradias da população negra, a partir de 1903 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e o prefeito da cidade à época, Francisco Pereira Passos (1902-1906) aliado comprometido com as elites. Com a expressão o “Bota-Abaixo”, buscou-se destacar a maneira radical pela qual foi implementado um conjunto de obras públicas que então redefiniram a estrutura urbana da capital federal.

Sanear, higienizar, ordenar, demolir, civilizar, foram também as palavras de ordem do prefeito Pereira Passos, o que na prática era o mesmo que propor o extermínio da população negra

no Rio de Janeiro de então. Por isso mesmo, cortiços, casas de cômodos, estalagens, passaram a ser os alvos preferenciais da reforma urbanística que empreendeu ao longo de seu mandato. Um dos objetivos principais dessa reforma era livrar a capital federal da característica de cidade insalubre, cheia de negros, assolada por constantes epidemias de febre amarela, varíola e malária, com sérios prejuízos para a atividade comercial do país (DA SILVA, 2018).

À custa da derrubada das moradias, foram alargadas e prolongadas diversas vias urbanas, como a rua do Sacramento (futura avenida Passos), a rua da Prainha (atual rua do Acre) e a rua Uruguaiana, entre outras. Avenidas radiais e diagonais, cortando o centro em várias direções – as avenidas Mem de Sá, Salvador de Sá, Marechal Floriano – exigiram o arrasamento de morros, como o do Senado, e a demolição de moradias e casas e cortiços que se encontravam no trajeto das “vias do progresso” (DA SILVA, 2018).

Reconhecida como indispensável para o processo de remodelação urbana da capital federal, em especial pelos efeitos que teve sobre a circulação pelo centro e sua ligação com outras zonas da cidade, a operação “bota-abaixo” ficou marcada pela maneira autoritária com que lidou com os milhares de pessoas, sobretudo negras, que foram ainda mais prejudicadas pela perda de suas moradias. Essas ações, porém, gerariam a reação organizada denominada Revolta da Vacina, eclodida em 1904 após determinação do então ministro da saúde Oswaldo Cruz de vacinação compulsória da população negra radicada nos morros cariocas (CARVALHO, 1987).

É nesse sentido que começa a se insuflar um movimento socioterritorial que eclode na Revolta da Vacina. Por movimento socioterritorial, deve ser entendido os movimentos que têm o território não só como trunfo, mas como essencial para sua existência. Exemplo disso são os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados, que podem constituir movimentos socioterritoriais, uma vez que criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (FERNANDES, 2012).

O movimento socioterritorial presente na Revolta Vacina, era então composto pela população negra marginalizada, que resistiu aos trezentos anos de escravização e ao desalento do

Estado nacional brasileiro ao cabo desta, as ações do bota-abixo de suas precárias moradias, e revoltada com as ações violentas autoritárias e invasivas do estado burguês de então, cujo intuito era combater moléstias que adentravam lares nos morros desrespeitando suas privacidades e ameaçando sua própria existência (FERNANDES, 2012). É compreensível o pensamento dessa população ser contrária a ações de vacinação, uma vez que esses vários acontecimentos mostravam que o Estado brasileiro e a elite nacional queriam de forma contundente o extermínio da população negra, que resistia e tentava estar presente na formação territorial do Brasil de então.

Da mesma forma como alguns movimentos que produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. No caso em questão, os negros do Rio de Janeiro que ocupavam os morros da cidade, por serem excluídos e marginalizados do processo modernizador, tentavam resistir transformação da sociedade carioca.

E é nesse sentido que a Revolta da Vacina se torna um movimento socioterritorial, isso por que quando Oswaldo Cruz ordena que todos os negros ocupantes dos morros tomariam a vacina compulsoriamente, existe aí um conflito prático de relação de poder e do território. Pois como os negros já haviam sofrendo há 300 anos, como acreditariam que o Estado promoveria políticas em favor deles? E por isso veem a resistência e a busca por resistir ao território, causando a insurgência revolucionária.

Ao levar em conta a des-territorialização das populações consideradas marginalizadas na cidade do Rio de Janeiro durante a Revolta da Vacina, é preciso considerar que a mesma não se constitui em si mesma e isolada, pois esse processo está sempre e inteiramente ligado a uma nova (re)territorialização, uma vez que os povos que são obrigados a deixar suas moradias precisam buscar novos espaços para ocupar, muitas vezes sem auxílio e planejamento (HAESBAERT, 2007).

Isso se dá pelo fato de que o ser humano é um ser propriamente territorial, uma vez que depende do espaço socialmente construído a partir de relações de poder para se reconhecer e se construir enquanto cidadão (HAESBAERT, 2007).

No que se refere a noção de poder relacionada ao território, o sentido mais explícito do termo é levado em conta, ou seja, o de dominação do espaço de alguns/umas por outros, mas

também se considera o sentido implícito e simbólico da palavra, de apropriação do espaço por alguma população (HAESBAERT, 2007).

Entende-se, portanto, que a apropriação deve estar em primeiro lugar para a constituição de um território justo e igualitário, mas a lógica de acumulação capitalista produz exatamente o contrário, sobrepondo a dominação em relação à apropriação (HAESBAERT, 2007), construindo assim, espaços segregados e desiguais.

Por fim, por entender o território enquanto algo constituído por relações de poder de diversos níveis, ou seja, que engloba diversos atores sociais (HAESBAERT, 2009), a Revolta da Vacina pode ser compreendida como uma comoção da população mais pobre e marginalizada que requeria seus direitos civis, bem como o direito a não se tornarem ainda mais excluídos a partir das reformas urbanas e sanitárias propostas pelos governantes do Rio de Janeiro, por meio da ação truculenta de seus policiais.

Com isso em vista o movimento iniciado na Revolta da Vacina, mas gestado por acontecimentos anteriores, eclodiu visando sua permanência no território pela resistência. Essa resistência gerou inúmeros dias de conflitos em que o povo negro cansado do Estado que queria eliminá-los da sociedade carioca pegaram em armas, quebram fachadas de lojas e bondes elétricos do Rio de Janeiro para mostrar as elites que ali existia um povo que iria resistir para continuar no território carioca de então.

O movimento de revolta começou em torno da estátua de José Bonifácio, no Largo de São Francisco, mas se espalhou por diversos lugares da cidade atingindo locais como Laranjeiras, Botafogo, Tijuca, Rio Comprido, Engenho Novo, Copacabana, além dos bairros da região central local onde residiam a elite carioca de então. Pedras, tiros, barricadas, fogueiras, depredações, eram utilizadas pela população negra para mostrar sua insatisfação com as políticas perversas promovidas pelo Estado Brasileiro (DA SILVA, 2018).

Dessa maneira, é correto afirmar que existiram várias revoltas dentro da revolta, ou várias motivações acumuladas que eclodiram após a vacinação compulsória. A motivação para o povo se rebelar não era meramente econômica, mas sim territorial uma vez que a população negra tentava resistir aos inúmeros acontecimentos que apregoavam sua eliminação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a Revolta da Vacina se caracteriza pela sua amplitude e intensidade e também por sua resistência no território.

A forma como o processo foi conduzido por Oswaldo Cruz foi entendida como arbitrária e despótica, sendo suas medidas apontadas como violação dos direitos civis e constitucionais. Além disso, havia um componente forte da época, considerado um crime contra honra das pessoas já que tinham seus corpos invadidos por um desconhecido, e não tinham informações a respeito do que aquela vacina lhes causaria.

Porém, mesmo com a insurgência o movimento de resistência passou a ser criminalizado pela história. Graças a derrota dos dominados, o discurso dominante na mídia e veículos de comunicação trataram e ainda tratam o movimento socioterritorial da Revolta da Vacina, como a insurgência de pessoas que não sabiam do que estavam resistindo. E infelizmente a omissão da Geografia em tratar esses assuntos corrobora com essas narrativas dominantes, ou seja, de que aquele povo negro e marginalizado não estava lutando para a manutenção de sua vida, que era atacada desde os primórdios que pisaram nessas terras, e que queriam fazer parte do território brasileiro, o que se tem hoje é um movimento socioterritorial desconhecido e considerado como ignorante, uma vez que as pessoas não possuíam informações sobre o que estavam resistindo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir as Geografias negligenciadas se faz de suma importância em tempos sombrios que se aproximam da realidade nacional, onde grupo tentam reescrever a história pregando meias verdades e propagando narrativas que inexistem ou que mascaram a realidade da formação territorial brasileira. Com a busca em desenvolver um conhecimento geográfico que contribua com as discussões de questões até então negligenciadas pela Geografia, percebe-se como necessária a procura em desenvolver uma ciência geográfica que, por meio de recortes histórico e geográficos, alimente os debates de temáticas pouco abordados. As Geografias feitas de povo, de gente, de vidas, e histórias, e sobretudo de luta para sobrevivência e resistência no território nacional e que retratam um outro lado da história, daqueles que foram marginalizados, criminalizados e esquecidos da história e geografia desta nação.

Por isso, esse trabalho compõe a discussão do movimento socioterritorial da Revolta da Vacina, que lutou e resistiu no/pelo território uma vez que aquilo era indispensável para a manutenção de sua vida.

Entendido enquanto movimento socioterritorial, os revoltosos com a vacinação obrigatória, viam nessa luta a busca pela sua manutenção no território, em outras palavras, sua existência estava totalmente atrelada a resistir para se constituir enquanto parte territorial do Rio de Janeiro de então.

Atingindo pela pandemia da Covid-19, o Brasil assiste, em 2020, o ressurgimento de movimentos anti-vacinas. Este fato faz surgir muitas comparações com o movimento socioterritorial que lutou contra as forças republicanas no início do século XX e estes que hoje surgem baseados em teorias conspiratórias. Todavia, este trabalho se faz importante, também, para correção deste erro, histórico e geográfico, que é comparar tais movimentos.

A Revolta da Vacina foi gerada, entre outros motivos, pela resistência da população negra, ex-escravizada, abandonada pelas elites brasileiras, no território, pois, como as elites buscavam sua eliminação no território, resistir era a única saída desta população. Assim, todo movimento encadeado a partir disso, se fez enquanto resistência no/para o território, o que, nem de longe, tem alguma relação com meia dúzia de imbecis, que em 2020, neguem a eficácia da vacina e defendam teorias conspiratórias acerca da mesma, defendendo as ideias propagadas por um lunático, pseudofilósofo residente na Virgínia.

Neste caminho, discutir as geografias negligenciadas contribui para trazer ao cerne das discussões geográficas os movimentos que foram historicamente criminalizados, como os revoltosos da vacina os são, e uma maneira de pôr em perspectiva a realidade de sofrimento de um povo marginalizado e esquecido pelas autoridades brasileiras. Busca-se também, cumprir o papel dado aos intelectuais, como trabalha Noam Chomsky (2017), em que se faz papel primordial dos cientistas lutar e buscar mostrar a realidade da narrativa não hegemônica e ter responsabilidade de se trabalhar com a história de vidas, seres humanos que viveram em um mundo contra os interesses do capital que tanto influencia nossa história.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, J. M. de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1987.
- CARVALHO, D. de. História da cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte: Rio de Janeiro, 1990.
- CHOMSKY, N. **Quem manda no mundo?**. Editora Planeta do Brasil, 2017.
- DA SILVA, M. P. O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social. *Estação Científica (UNIFAP)*, v. 8, n. 1, p. 47-56, 2018.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, p. 24-34, 2012.
- FRAGA, N. C. Geografias de tempos de dominação e barbárie: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. **A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Organizadores: Flávio Dutra Alves... [et. al.]. Alfenas – MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, p. 84-114, 2019.
- HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. In: *GEOgrafia*. n. 17, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- HAESBAERT, R. Território e região numa “constelação” de conceitos. In: MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. da. (orgs.). Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAM, 2009.
- MARINO, L. F. As forças policiais e o ordenamento territorial da cidade do Rio de Janeiro. Niterói [s.n.], 2004.